

CARTA BRASIL-CHINA

EDIÇÃO 12 _ NOVEMBRO 2015



A atual situação político-econômica da China e os impactos para o Brasil

ARTIGO DE ABERTURA

ANÁLISE CEBC

ARTIGOS CONVIDADOS

Fabiana D'Atri
Tatiana Rosito
Arthur Kroeber

ANÁLISE MACRO

ENTREVISTA

Alfredo de Goeye, Presidente da Sertrading

UPDATE

Comércio Bilateral Brasil-China

Patrocínio:



As relações sino-brasileiras já estão em outro patamar, transcendendo mesmo o fato de a China ser hoje o principal parceiro comercial do Brasil, tanto como maior comprador de produtos brasileiros, quanto como nosso maior vendedor. Hoje a China é cada vez mais um investidor importante no Brasil.

Há poucos dias foi divulgado que o grupo chinês HNA comprou por 450 milhões de dólares 23,7% do capital da companhia aérea Azul. O grupo HNA, originário das ilhas Hainan, no extremo sul da China, participa do capital votante de várias empresas aéreas, chinesas e estrangeiras. Sua principal empresa é a Hainan Airlines, quarta maior empresa aérea chinesa. HNA controla também a empresa Swissport, empresa líder em serviços auxiliares para aviação.

Percebe-se com clareza uma estratégia da parte chinesa no que se refere à evolução de suas relações com o Brasil, primeiro país da América Latina a ser oficialmente considerado como **parceiro estratégico** pela China. Num primeiro momento, a China passou a importar grandes quantidades de produtos de base (*commodities*) do Brasil e buscou firmar acordos que assegurassem a garantia de suprimento daqueles produtos, particularmente minérios e cereais. Num segundo momento, passou a investir naquelas atividades diretamente ligadas àqueles produtos que constituem a maior parte da pauta de exportação do Brasil para a China. A estratégia chinesa prosseguiu com investimentos na produção no Brasil de bens

duráveis de consumo e hoje em dia empresas chinesas de vários setores estão cada vez mais presentes no Brasil, tanto no agronegócio, como na indústria e nos serviços (como é o caso de bancos chineses a estabelecer-se no Brasil).

A desvalorização do real, por outro lado, tornou os ativos brasileiros mais baratos e criou uma inequívoca janela de oportunidade para investidores estrangeiros que tenham uma visão estratégica e não estejam preocupados apenas com ganhos de curto prazo. É nesse contexto que os investidores chineses têm tido uma presença crescente na economia brasileira. A parte chinesa tem efetivamente buscado fazer o seu “dever de casa” no que se refere às relações com o Brasil.

Por outro lado, há que se ter em mente que as relações entre os dois países têm sido objeto de inúmeros instrumentos de cooperação, convênios, protocolos e memorandos de entendimento, quase todos eles incluídos ou mencionados nos documentos emanados da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível (COSBAN), presidida no lado brasileiro pelo vice-presidente da República e, do lado chinês, pelo vice-primeiro minis-

tro da China. Um exame mais acurado das decisões tomadas no âmbito da COSBAN desde a sua criação mostra que a parte chinesa tem feito, como já apontado, o seu “dever de casa”. O mesmo infelizmente não pode ser dito em relação à parte brasileira, cuja atuação se tem pautado, ressalvadas as exceções de praxe, por visões de curto prazo.

É bem verdade que boa parte dos desafios a serem enfrentados dependem de ajustes e reformas que possam assegurar a competitividade internacional das empresas brasileiras, condição indispensável para que o Brasil possa se inserir vantajosamente nas cadeias globais de valor que estão a surgir de forma acelerada. De qualquer modo, é preciso ter presente que as relações sino-brasileiras nos apresentam valiosas janelas de oportunidade para que a nossa inevitável inserção na economia mundial faça-se da melhor maneira possível. Contudo, é indispensável que façamos o nosso “dever de casa”.

Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves

Presidente do Conselho Empresarial Brasil-China

Evolução dos principais indicadores macroeconômicos da China

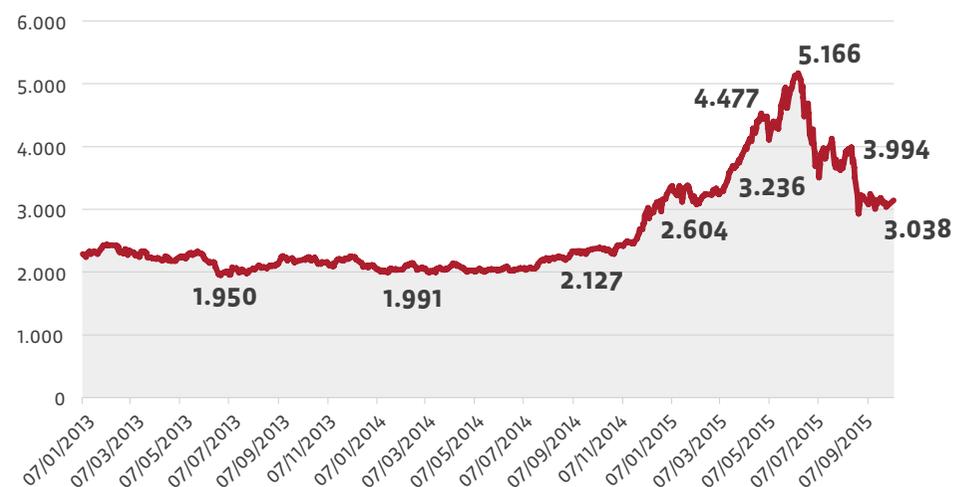
Com o intuito de facilitar a compreensão e colocar em perspectiva as recentes turbulências nos mercados financeiro e cambial chinês, o CEBC disponibiliza a seguir, como material de apoio para guiar a leitura dos artigos, a evolução dos principais indicadores macroeconômicos do país asiático nos últimos anos.

GRÁFICO 1 - TAXA DE CÂMBIO



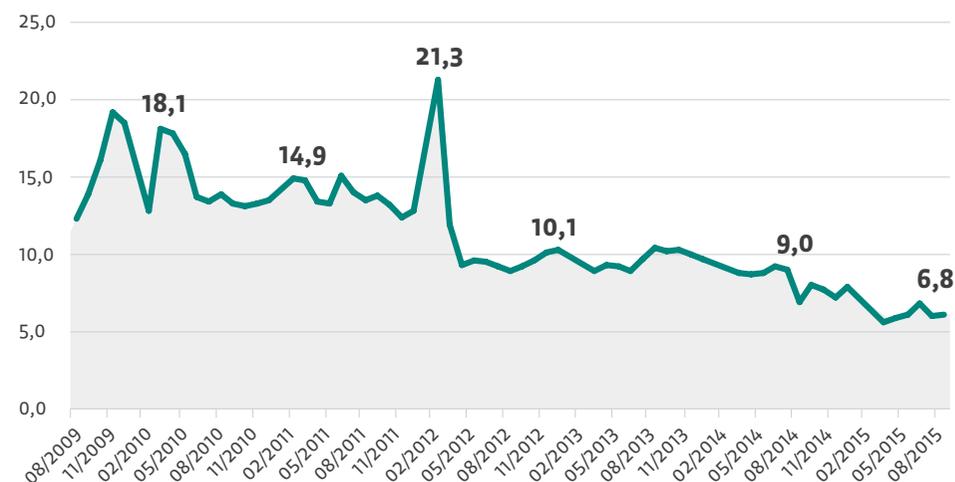
FONTE: CEIC

GRÁFICO 2 - ÍNDICE BOLSA DE XANGAI



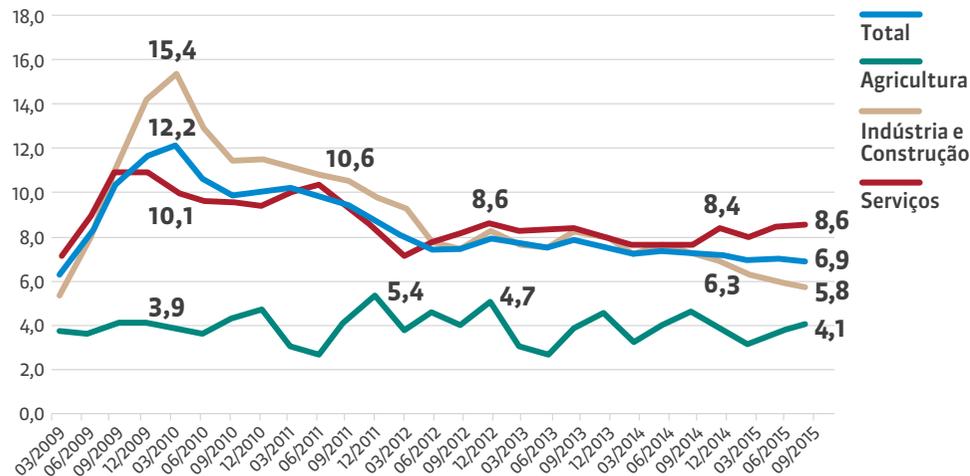
FONTE: CEIC

GRÁFICO 3 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL, VARIAÇÃO INTERANUAL



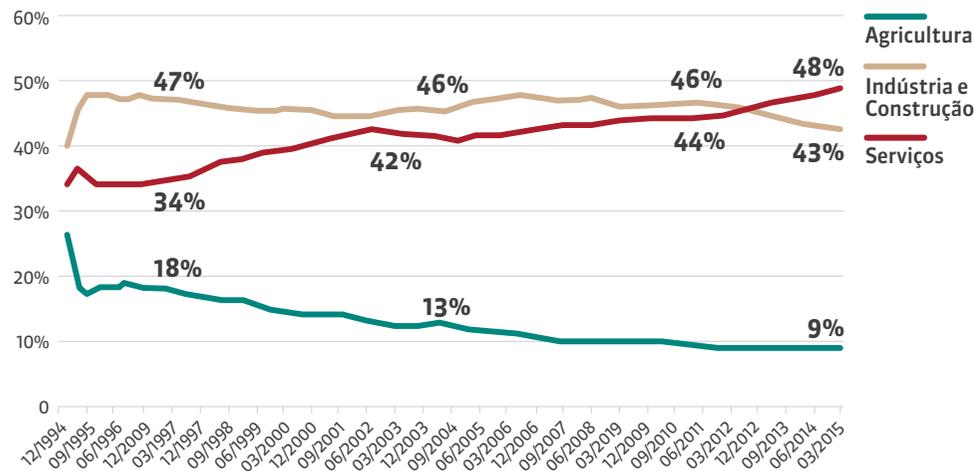
FONTE: CEIC

GRÁFICO 4 - TAXA DE CRESCIMENTO TRIMESTRAL DO PIB CHINÊS POR SETOR (%)



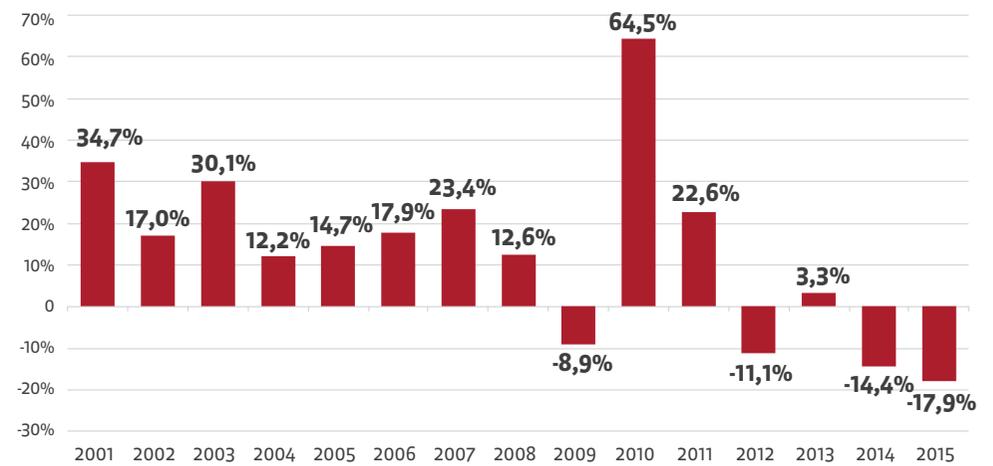
FONTE: CEIC

GRÁFICO 5 - PIB - COMPOSIÇÃO SOB A ÓTICA DA OFERTA, MÉDIA DE 4 TRIMESTRES



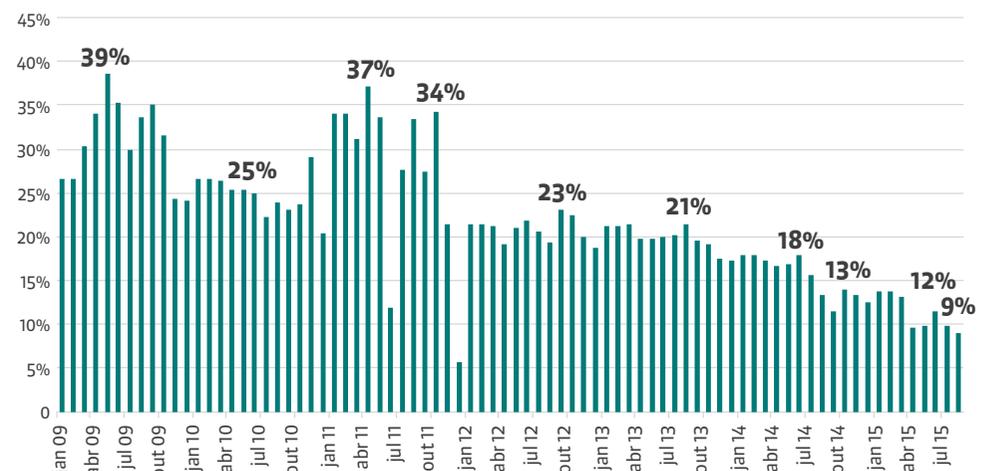
FONTE: CEIC

GRÁFICO 6 - LANÇAMENTOS DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS, VARIAÇÃO ACUMULADA ATÉ AGOSTO DE CADA ANO



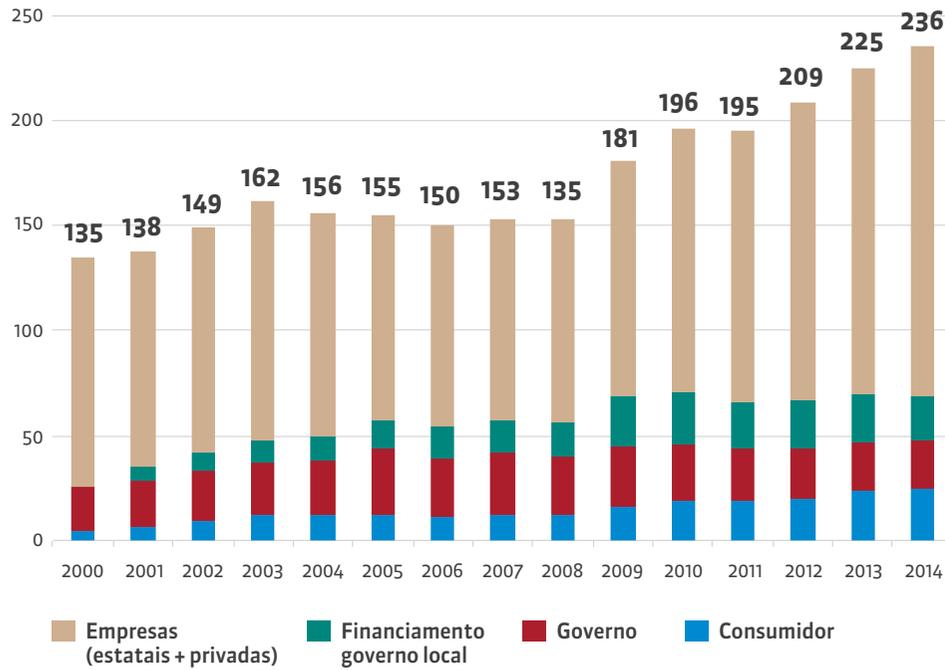
FONTE: CEIC

GRÁFICO 7 - INVESTIMENTOS EM ATIVOS FIXOS, VARIAÇÃO INTERANUAL DE JANEIRO A AGOSTO DE CADA ANO



FONTE: CEIC

GRÁFICO 8 - DÍVIDA/PIB (%)



FONTE: CEIC

GRÁFICO 9 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB POR PROVÍNCIA, PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2015 (%)



FONTE: CEIC, GRAVEKAL DRAGONOMICS

O que esperar da economia chinesa diante do rebalanceamento em curso e das restrições acumuladas nos últimos anos?

Por Fabiana D'Atri *

Fontes de instabilidade em julho e agosto passados, os mercados cambial e acionário da China mostraram alguma estabilidade mais recentemente. No entanto, isso não significa que as preocupações com o país se reduziram, na medida em que os sinais emitidos pelos indicadores econômicos ainda sugerem que a desaceleração da economia não foi interrompida. Além disso, não há consenso sobre o que poderia estimular o crescimento ou, pelo menos, trazer uma acomodação nos trimestres à frente.

A sinalização da política econômica dá a entender que, por ora, as preocupações da atual liderança do país com o crescimento ainda são baixas, diante das transformações estruturais em andamento e das condições, ainda saudáveis, do mercado de trabalho. Inclusive, para muitos analistas, como defendido por Evan Feigenbaum e Damien Ma em artigo publicado há pouco na *Foreign Affairs*, as questões políticas são as prioridades para o presidente Xi Jinping neste momento, rejuvenescendo e fortalecendo a credibilidade do Partido Comunista Chinês. Nesse sentido, um ambiente político mais sólido seria a base para o avanço das reformas, dando sustentabilidade ao crescimento, tanto no curto como no longo prazo.

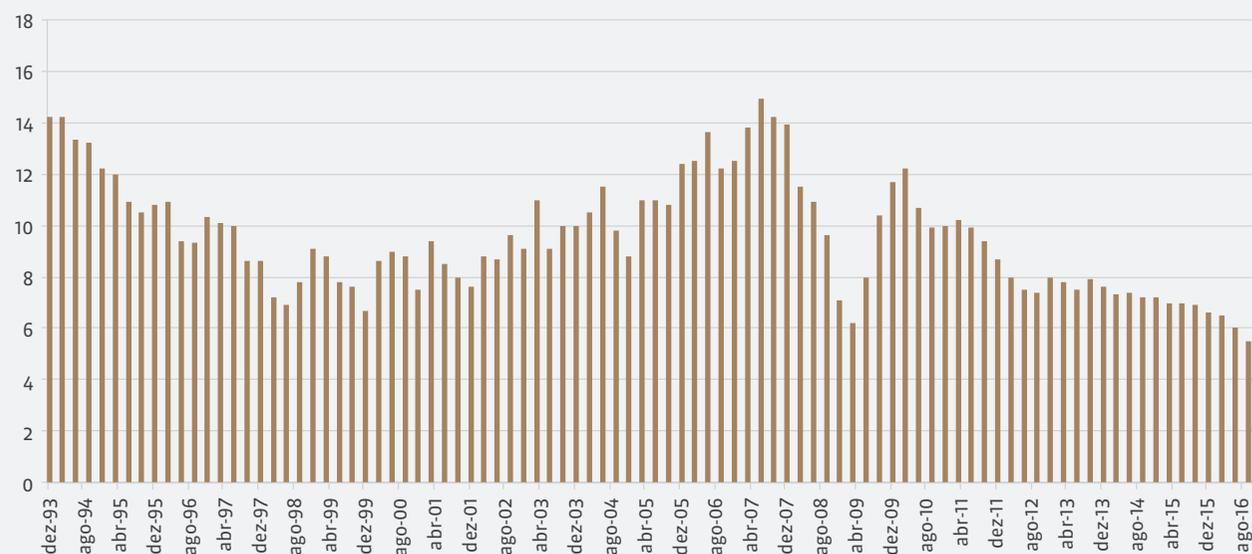
* Fabiana D'Atri é atualmente economista coordenadora do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco e Diretora de Economia do CEBC.

NOVO NORMAL: O BALANCEAMENTO DA ECONOMIA IMPLICA MENOR RITMO DE CRESCIMENTO, COM IMPACTOS NOVOS PARA A ECONOMIA GLOBAL

Diante das frustrações com o desempenho da economia chinesa, é importante ter em mente que ela cresce hoje a duas velocidades, reforçando a transformação

estrutural em curso, a demanda externa mais fraca e os desequilíbrios acumulados nos últimos anos. Isso significa dizer que o setor de serviços avança em ritmo superior a 8%, não compensando a indústria e a construção, que crescem mais próximas de 5%. Ou seja, a tendência resultante é de desaceleração, compatível

GRÁFICO 1 - PIB TRIMESTRAL (VARIÇÃO INTERANUAL)



FONTE: CEIC, BRADESCO

com nossa expectativa de expansão do PIB abaixo de 7% e de 6%, neste e no próximo ano, respectivamente.

O resultado do PIB do trimestre passado, divulgado no último dia 19 de outubro, reforça que o rebalanceamento em curso implica, ao menos no curto prazo, um ritmo menor de crescimento. De fato, o PIB avançou 6,9% em relação ao mesmo período do ano passado, após ter se expandido em 7,0% no segundo trimestre. Na passagem do segundo para o terceiro trimestre, a alta foi de 1,8%, o que sugere um crescimento anualizado próximo de 7,5%. Vale destacar que: (i) esse é o crescimento mais baixo registrado desde o primeiro trimestre de 2009 e está abaixo da meta de expansão do PIB de 7,0%, estipulada para este ano; (ii) o PIB nominal desacelerou em ritmo mais intenso, de uma alta de 7,1% no segundo trimestre para outra de 6,2% entre julho e setembro; (iii) a produção industrial arrefeceu de uma expansão interanual 6,0% para outra de 5,7%, entre agosto e setembro; e (iv) a tendência de enfraquecimento dos investimentos no setor imobiliário seguiu presente, acumulando alta de apenas 2,6% no ano.

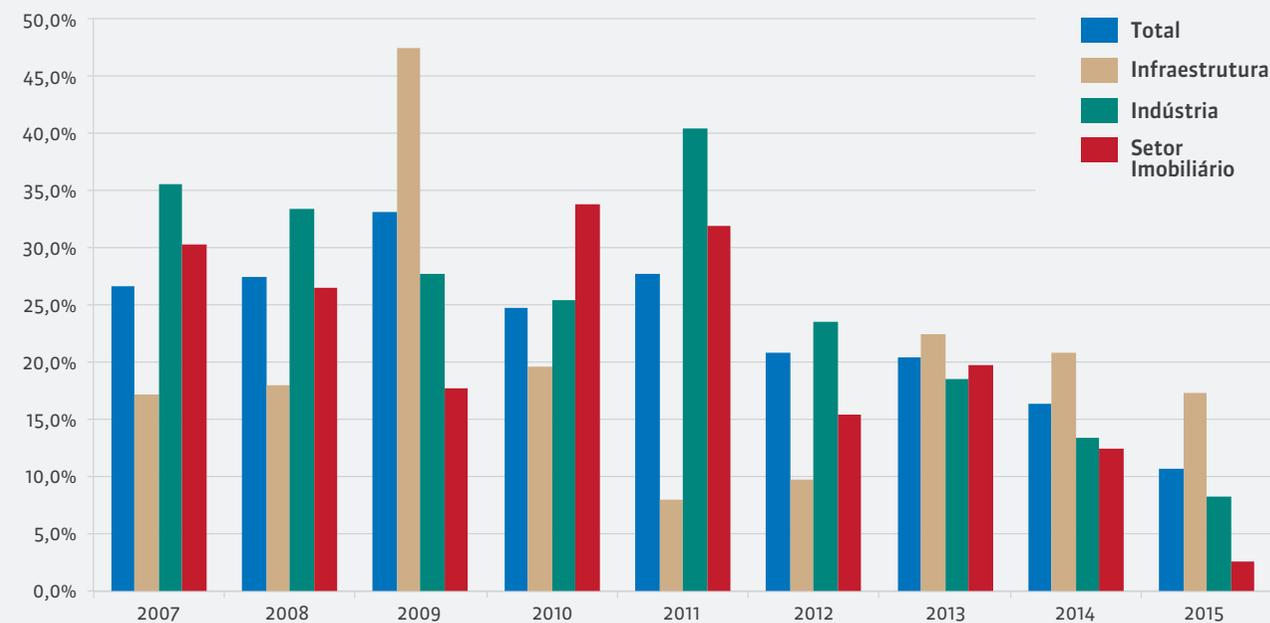
A despeito disso, o setor de serviços manteve-se como o propulsor da economia, acelerando de um crescimento de 8,5% para 8,6% na passagem do segundo para o terceiro trimestre, ao passo que a indústria desacelerou de 6,0% para 5,8% na mesma base de comparação, considerando os dados divulgados pelo escritório de estatísticas do país (NBS). Na mesma direção, as vendas nominais no varejo continuaram resilientes, subindo 10,9% em setembro na comparação com o mesmo mês do ano passado, em linha com o observado em agosto (10,8%). Com isso, o consumo contribuiu com 58,4% do crescimento do PIB nos primeiros três trimestres de 2015, ante contribuição de 49,1% no mesmo período de 2014.

Ou seja, a chamada “economia velha” vem desacelerando rapidamente e a “economia nova” finalmente dá sinais de certa sustentação. É por isso que quando analisamos indicadores como consumo de energia elétrica e produção de aço, temos a impressão de que o crescimento apontado pelo PIB está muito distante da realidade. De todo modo, o balanço dessa dinâmica ainda implica um menor crescimento, já que a resiliência dos serviços não compensa a queda da indústria e da construção.

Frente ao descrito, cabem algumas reflexões. A primeira delas refere-se à veracidade das estatísticas chinesas, uma vez que é largamente defendida a

superestimação desses indicadores. De forma resumida, ajustes alternativos à série do PIB divulgada pelo NBS apontam que: (i) eles sugerem um ritmo de crescimento menor do que o oficialmente reportado, de até no máximo 1 p.p.; (ii) essa diferença se acentuou nos últimos trimestres, mas não é tão grande quanto muitas vezes se reporta; (iii) a tendência é a mesma, reforçando a desaceleração em curso; e (iv) a série oficial tende a ser mais suave. Ou seja, é difícil afirmar que a série do NBS esteja muito superestimada, mas certamente está menos volátil do que deveria ser. Ainda cabe ressaltar que, à medida que a dinâmica da economia começa a depender mais do

GRÁFICO 2 - INVESTIMENTOS EM ATIVOS FIXOS - VARIAÇÃO ACUMULADA ATÉ SETEMBRO DE CADA ANO



FONTE: CEIC, BRADESCO

setor de serviços (que é mais pulverizado, com mais empresas privadas), a coleta de informações e, portanto, a mensuração do PIB, fica mais complexa.

A segunda reflexão é que o aumento da participação do consumo no PIB é relativo, já que aconteceu como resultado da menor contribuição das fontes tradicionais de crescimento, vindas da indústria e dos investimentos. Dito de outra forma, entendemos que a força do consumo ainda não é suficientemente forte para sustentar o crescimento da economia chinesa em níveis elevados. Ainda assim, reconhecemos que o potencial da demanda doméstica é bastante significativo e, dada a baixa produtividade do setor, empregando mais trabalhadores, o mercado de trabalho deve se manter saudável nessa fase de transição, tendo em vista que o desemprego nos setores tradicionais tem crescido. Huang Yiping, professor da Peking University, contudo, em entrevista dada recentemente à imprensa chinesa, acredita que o aumento da participação do consumo no PIB é genuíno, uma vez que a renda nacional tem crescido de forma expressiva e tem se distribuído melhor entre a população. O professor ainda nota que os setores de telecomunicação, educação, turismo, tratamento para idosos e serviços financeiros estão se beneficiando desse rebalanceamento.

O terceiro ponto a ser explorado é que essa desaceleração já era, ou deveria ter sido, esperada. Na verdade, ela tem sido induzida nos últimos anos pelo governo, tendo em vista que os diversos desequilíbrios da economia têm passado por correções. Dentre esses, destacamos (i) o excesso de capacidade instalada em inúmeros segmentos industriais, levando o governo a restringir novos investimentos em diversas cadeias industriais; (ii) os avanços con-

sideráveis da infraestrutura “pesada”, cujo potencial de expansão daqui para frente é menor; (iii) os níveis preocupantes de endividamento dos governos locais e de muitas empresas, implicando diversas restrições para que esses não aumentassem sua alavancagem; (iv) a forte expansão das operações de crédito fora do sistema bancário, o que exigiu do governo intervenções para controlar e regular o chamado *shadow banking*; e (v) os elevados estoques de imóveis que podem levar anos para serem liquidados – implicando um arrefecimento expressivo dessas atividades, já que a oferta deverá crescer bem menos daqui para frente. Essa tendência tem sido acentuada pela fraca demanda externa, que pressiona para baixo as exportações do país, que sustentavam parte importante da atividade industrial.

Na nossa visão, portanto, as preocupações com a China não são decorrentes da desaceleração em si – mesmo que essa venha acontecendo de forma mais acentuada do que a prevista pela maioria dos analistas. Os ruídos na condução das intervenções, por ocasião dos recentes episódios da bolsa e da moeda, foram os elementos centrais para abalar a confiança dos agentes externos e principalmente locais. Ao tentar estimular os mercados acionários – permitindo aumento da alavancagem do sistema, financiando as margens – e depois ao tentar conter a queda, com diversas medidas de intervenção – que chegaram inclusive a interromper a negociação de metade das ações listadas –, vieram à tona incertezas sobre a capacidade estatal de intervenção da economia chinesa. Da mesma forma, ao surpreender os mercados no início de agosto, com o anúncio de uma depreciação de quase 2% da moeda em um dia e prometendo uma mudança de regime (para flexível), as autoridades chinesas tam-

Na nossa visão, portanto, as preocupações com a China não são decorrentes da desaceleração em si – mesmo que essa venha acontecendo de forma mais acentuada do que a prevista pela maioria dos analistas. Os ruídos na condução das intervenções, por ocasião dos recentes episódios da bolsa e da moeda, foram os elementos centrais para abalar a confiança dos agentes externos e principalmente locais.

bém deixaram os mercados confusos. Dias depois, o banco central, em uma coletiva de imprensa, tentou esclarecer suas intenções, defendendo que não havia o objetivo de estimular as exportações e garantindo a estabilidade da moeda. Após esses dias, a autoridade monetária tem mantido a moeda praticamente estável, à espera da decisão por parte do FMI em incluir o renmimbi no special drawing rights. Essas intervenções, não bem sucedidas (porque a correção da bolsa foi bastante intensa e porque o regime cambial não se tornou de fato flexível), custaram até agosto montantes ao redor de US\$ 400 bilhões, segundo estimativas reportadas pelo *Financial Times*.

Finalmente, a quarta reflexão concentra-se no fato

de que esse ritmo de crescimento mais contido, sustentado pelo consumo doméstico, tem impactos globais diferentes dos observados no passado recente. Sem deixar de reconhecer as complexidades envolvidas nessa transição e de forma simplificada, deveremos observar a China sob a perspectiva dos serviços e do consumo doméstico e não apenas como uma demandante de *commodities* metálicas e como a fábrica do mundo. Assim, com a economia mais diversificada, a relação entre o PIB da China e o restante da economia global muda. Entendemos que a Ásia será uma das regiões mais impactadas, positiva ou negativamente a depender do país, dada a elevada exposição nas cadeias produtivas. Somado a isso, os exportadores de *commodities* continuarão sentindo não só a queda das exportações como também dos investimentos nessas cadeias. A pressão para a depreciação das moedas será resultante disso, aumentando os desafios para a política econômica desses países. Nesse contexto, em que as questões domésticas chinesas demandarão mais atenção de seus líderes, poderemos observar alguma amenização do apetite chinês de investimento no exterior. A China também, ao menos temporariamente, poderá ser menos atrativa para receber os aportes estrangeiros, diante das possibilidades menores de crescimento.

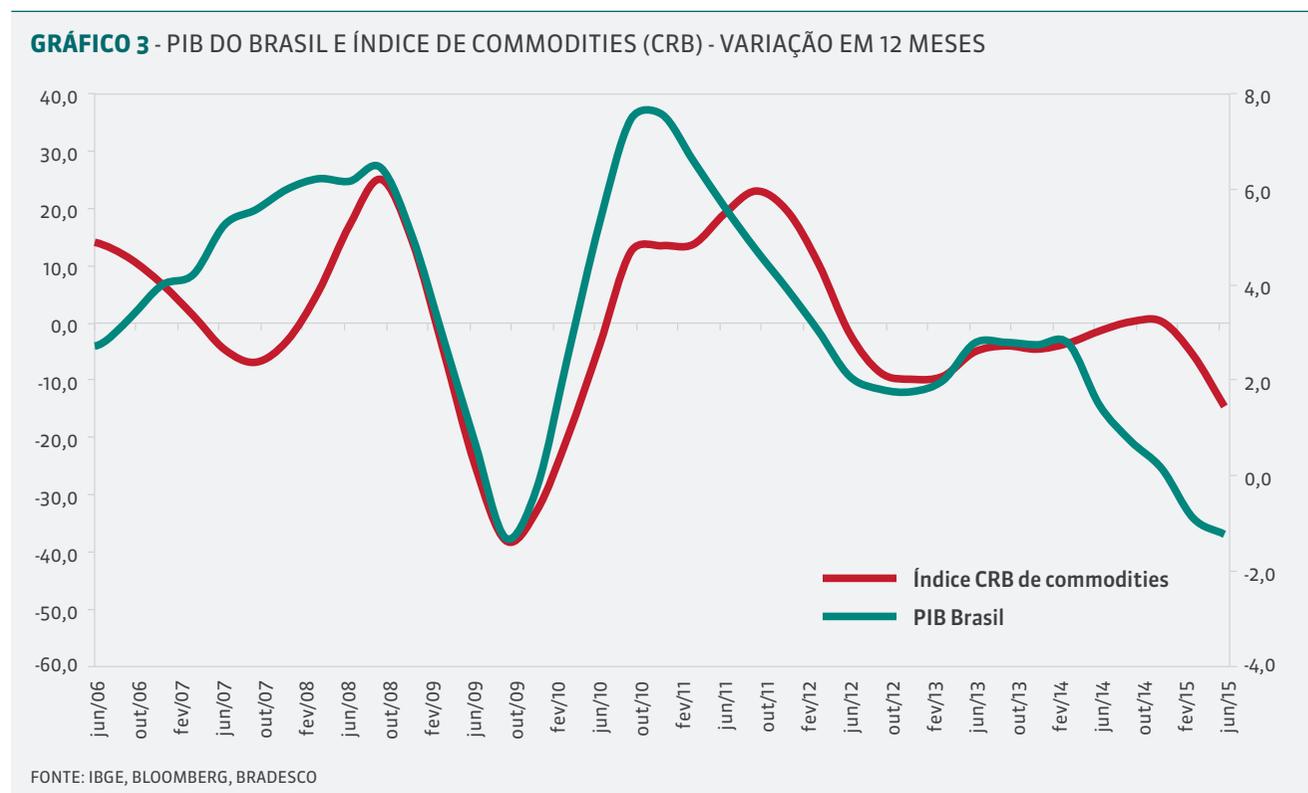
Esses impactos, naturalmente, devem reforçar os desequilíbrios presentes na grande maioria dos emergentes, acelerando os ajustes em curso nessa região e estreitando o diferencial de crescimento com os desenvolvidos que, liderados pelos EUA, entram em uma fase mais próspera de suas economias. Devemos ainda considerar a deflação a ser exportada pela China, não só através dos preços das *commodities* e da depreciação em si da moeda chinesa, mas também através dos produtos manufaturados – que seguirão

competitivos nos mercados globais, dada a ociosidade hoje presente no mercado chinês.

Para o Brasil, os desafios atuais tenderão a ser amplificados, com o crescimento menor dos emergentes, liderados pela China. O destaque fica com a tendência de menores preços da maioria das *commodities*, sem deixar de mencionar que a retração das cotações ainda segue influenciada pelo cenário de sobre oferta em grande parte dos mercados. Ainda assim, como a perda de ritmo da China tem se dado principalmente nos segmentos industriais e de construção, a queda das nossas vendas concentra-se em minério de ferro.

Por outro lado, o consumo doméstico do país asiático tem mostrado crescimento ainda forte, explicando o bom desempenho das vendas das *commodities* agrícolas, como soja e carnes. Mesmo com a depreciação do real - cuja tendência de perda de valor inclusive tem sido acentuada pelo cenário chinês menos favorável - o mercado exportador sofrerá a competitividade do país asiático.

Dessa forma, os impactos para a economia brasileira não são desprezíveis, mas não são tão expressivos como muitas vezes é proposto. De fato, entendemos que uma variação (positiva ou negativa) do PIB chinês



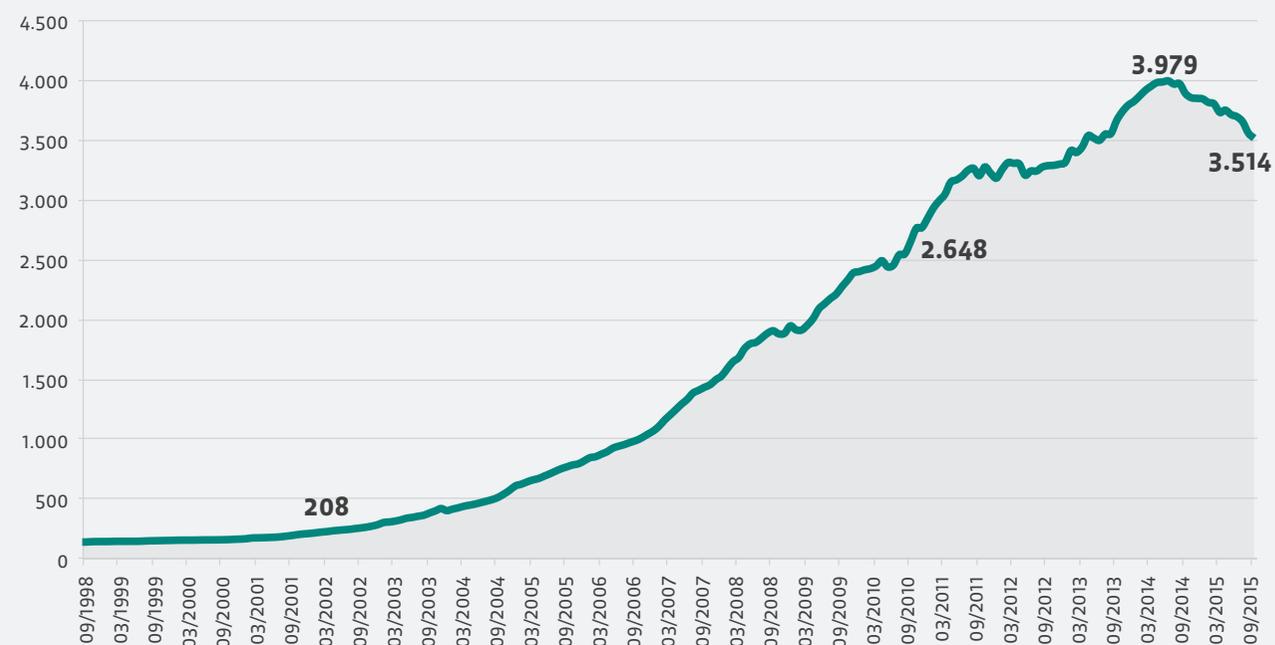
de 1 p.p., leva a uma variação na mesma direção de 0,3 a 0,4 p.p. do PIB brasileiro. Esse canal se dá, principalmente, pelo impacto da China sobre a economia global. Além disso, não custa lembrar que a desaceleração chinesa vem acontecendo há alguns anos, haja vista a redução expressiva da atividade de mineração no Brasil, como também nos demais países produtores de *commodities* metálicas e minerais.

CONDUÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA: ESTIMULAR OU NÃO ESTIMULAR DIANTE DAS RESTRIÇÕES?

Os desequilíbrios chineses, bem conhecidos e já mencionados, exigem a continuidade do ajuste estrutural, dado pelo controle da ociosidade, das bolhas e da alavancagem, em diversos mercados. Esses, por sua vez, colocam a economia chinesa em uma situação frágil, que limita a ação do governo na direção de afrouxamento da política monetária, porque isso aumentaria a alavancagem tanto das empresas como dos governos locais. Por outro lado, essa situação também demanda algum alívio das condições monetária e fiscal para suavizar a desaceleração já contratada. Nesse sentido, entendemos que a ampliação dos gastos federais deste ano tem compensado a retração dos investimentos dos governos locais. Da mesma forma, a queda da taxa de juros, combinada com a injeção de liquidez e o corte do depósito compulsório, permite uma renegociação dos passivos das empresas e dos governos locais. Ou seja, as aparentes medidas de estímulo não promoverão uma retomada da economia; apenas suavizarão a tendência de arrefecimento.

A essa lista de restrições, devemos adicionar os desdobramentos da campanha de controle à corrupção, conduzida pelo presidente Xi Jinping desde o final

GRÁFICO 4 - CHINA: RESERVAS ESTRANGEIRAS (US\$ BILHÕES)



FONTE: CEIC, BRADESCO

de 2013. Independentemente da motivação dessa frente, devemos levar em conta que o ambiente nas empresas estatais, nos ministérios e nos diversos níveis dos governos locais tem sido marcado pela “aprensão” e pelo monitoramento por parte do governo federal. Além da prisão em si de pessoas estratégicas ao funcionamento desses entes públicos, houve um rompimento com grupos de interesse e as novas regras de governança não estão muito claras. Isso significa dizer que pouco tem sido implementado – tanto em obras de infraestrutura como reformas – como resposta a essa fase de contenção da corrupção. São

recorrentes as notícias de obras paralisadas ou avançando lentamente, refletindo as implicações desse controle mais rígido dos gastos públicos e da postura dos funcionários públicos.

A saída de capital também deve ser entendida como outra importante restrição às políticas econômicas. Sabe-se que, analisando o balanço de pagamentos da China ou estimando-se o fluxo não explicado pela balança comercial e pelos investimentos estrangeiros diretos, a saída de recursos chineses tem superado a entrada dos estrangeiros. Isso ocorre desde

meados do ano passado na conta de portfólio, tanto para renda fixa como variável. No entanto, essa tendência ganhou força com o episódio da intervenção no mercado de cambial, quando as expectativas em relação ao renmimbi começaram a apontar para uma depreciação mais forte do que a induzida pelo banco central em agosto. De fato, as reservas estrangeiras caíram em aproximadamente US\$ 500 bilhões em um ano. Em especial, na passagem de julho para agosto, elas se reduziram em US\$ 93,9 bilhões, refletindo a intervenção do banco central no momento em que se evitou uma depreciação mais intensa. Em setembro, esse movimento cedeu, com as reservas recuando praticamente pela metade, em US\$ 43,2 bilhões. Diante disso, não só o ajuste da moeda como também a liquidez – garantida em grande medida pela entrada líquida de recursos – impõe constrangimentos à atuação da autoridade monetária, a ponto de se discutir que as reservas podem ser reduzidas em até mais US\$ 1 trilhão, de forma coordenada.

Em suma, acreditamos que não há muitos estímulos que poderiam ser adotados neste momento. Cabe lembrar que desde o final do ano passado, várias medidas foram adotadas, com uma sequência de reduções da taxa de juros e do depósito compulsório, a exemplo do ocorrido no final de outubro, às vésperas do 5º Pleno. Parece-nos que o ideal seria dar suporte, e não estímulos em si, à economia nessa fase de transição, evitando uma desaceleração mais brusca e acentuada, mantendo o consumo das famílias aquecido, facilitando as condições financeiras das empresas e dando suporte aos governos locais. Somado a isso, a redução das intervenções nos mercados acionários e cambial deveria acontecer para conter as incertezas e permitir que os mercados se ajustem. Há uma possibilidade de recuperação dos investimentos em

Parece-nos que o ideal seria dar suporte, e não estímulos em si, à economia nessa fase de transição, evitando uma desaceleração mais brusca e acentuada, mantendo o consumo das famílias aquecido, facilitando as condições financeiras das empresas e dando suporte aos governos locais. Somado a isso, a redução das intervenções nos mercados acionários e cambial deveria acontecer para conter as incertezas e permitir que os mercados se ajustem.

infraestrutura nas esferas locais. De fato, a expansão fiscal dos últimos meses foi significativa e acredita-se que isso implicará uma melhora dos gastos nesse setor, dando algum suporte ao PIB. Em paralelo, as concessões de crédito também aceleraram nos últimos meses, a um custo de manter a tendência de alta da alavancagem da economia, com a relação crédito/PIB superando os 200%. Esses incentivos, contudo, serão de curto prazo, tendo em vista a dificuldade de financiamento para muitos desses projetos e o elevado endividamento de muitos governos locais. Mais importante do que as questões de curto prazo, na nossa visão, é a sinalização a favor das reformas, aceitando as restrições hoje presentes, que limitam

o uso das políticas tradicionais adotadas nos anos anteriores.

Assim, a agenda das reformas coloca-se como essencial neste momento. Entretanto, seu avanço bastante limitado e lento, de certa forma, pode ser associado aos desdobramentos da campanha de controle à corrupção. Como já mencionado, notícias recentes dão conta dos efeitos colaterais da campanha, que tem gerado atritos importantes entre os líderes locais e em diversos ministérios. Com isso, tem faltado apoio para avançar em reformas, como a das estatais. Mesmo na agenda financeira, o dilema entre dar suporte à economia e reestruturar o sistema financeiro tem postergado agendas.

Com isso, torna-se factível uma expansão inferior a 7% em 2015 e mais próxima de 5,5% em 2016, considerando que os fatores estruturais dificilmente serão revertidos com políticas de estímulo de curto prazo. As atenções, assim, deverão se voltar às propostas para as reformas e ao nível de tolerância da atual liderança do país acerca da intensidade da desaceleração da economia.

Brasil-China: Cenários para 2030¹

Por Tatiana Rosito*

Nos últimos quarenta anos, as relações econômicas entre o Brasil e a China transformaram-se profundamente: a China, que até os anos noventa exportava produtos básicos para o Brasil (e.g. petróleo), passou a grande importadora de *commodities*; de outro lado, o Brasil passou de exportador a importador de manufaturados e serviços (e.g. aço, construção civil). Mais além, a complementaridade entre as duas economias, que se evidenciou com a significativa ampliação do fluxo de comércio a partir da última década, seguida pelo grande aumento dos investimentos chineses no Brasil na década corrente, reflete também importante assimetria nas taxas de crescimento econômico e no ritmo de inovação de ambas. Há quatro décadas, embora a China já fosse o país mais populoso do mundo, os PIBs do Brasil e da China eram de magnitude comparável, ao passo que, no ano passado, o PIB da China correspondeu a 4,4 vezes o do Brasil².

O país asiático teve como um dos grandes motores

de seu crescimento as exportações e a abertura da economia, que, no Brasil, ainda têm um peso restrito, embora tenham sofrido oscilações ao longo do tempo. Esse padrão de desenvolvimento da China também significou saltar etapas no desenvolvimento tecnológico, primeiro buscando replicar as tecnologias de seus parceiros, depois, aprimorá-las, num processo de inovação de custos que transformou as condições de competição no setor manufatureiro mundial e os termos de troca. Agora a China busca trilhar o caminho das inovações próprias, que poderiam levá-la a quebrar paradigmas na era da economia do conhecimento e de baixo carbono.

O Brasil não ficou parado nesse período. Transformou-se em uma das principais nações emergentes, com uma economia diversificada e complexa, que passou por longa transição de ajustes de balanço de pagamentos e de estabilização macroeconômica, com suas consequências para o crescimento. Dotado de recursos naturais invejáveis, o País logrou sua

transição para uma economia majoritariamente urbana e com peso preponderante dos serviços, processo complexo em países muito populosos e que levará ainda algumas décadas na China. O Brasil tem um setor privado vibrante, é bastante aberto aos investimentos estrangeiros e apresenta uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo. Também logrou implementar políticas exitosas de inclusão social e de redução das desigualdades.

Há quatro décadas, embora a China já fosse o país mais populoso do mundo, os PIBs do Brasil e da China eram de magnitude comparável, ao passo que, no ano passado, o PIB da China correspondeu a 4,4 vezes o do Brasil.

* Tatiana Rosito é diplomata e economista, tendo ingressado no serviço exterior brasileiro em 1995. Foi Ministra-Conselheira e Conselheira Econômico-Comercial na Embaixada do Brasil em Pequim entre 2009 e 2014. Graduiu-se em desenvolvimento internacional pela Harvard Kennedy School e em administração de negócios pelo INSEAD e a Universidade de Tsinghua. As opiniões expressas no texto são de exclusiva responsabilidade da autora e não refletem posições oficiais.

¹ Este texto é um excerto de artigo a ser publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), em colaboração com os Institutos Chineses para as Relações Internacionais Contemporâneas (CICIR), em comemoração aos 40 anos das relações diplomáticas Brasil-China.

² Segundo dados do Banco Mundial (World Development Indicators Online, 2015), em 1980, o PIB do Brasil em dólares correntes era de US\$ 235,0 bilhões e o da China de US\$ 189,65 bilhões. Em 2014, esses valores foram de US\$ 2,4 trilhões e US\$ 10,4 trilhões, respectivamente. Em 1990, a renda nacional do Brasil em PPP foi de \$972,7 bilhões e a da China de \$1.115,4 bilhão. Em 2014, esses valores passaram a \$3,2 trilhões e \$17,9 trilhões, respectivamente, ou uma proporção de 5,5 vezes.

Embora o crescimento chinês não tenha ocorrido de um dia para outro, e nem tenha deixado de ser de alguma forma esperado, em termos econômicos e históricos foi um fenômeno muito rápido, para o qual não seria exagero dizer que o Brasil acordou somente na segunda metade da década passada. Lidar com esse “novo” e avassalador parceiro asiático, culturalmente distante e localizado do outro lado do mundo, tem exigido do País importante reflexão sobre os desafios e oportunidades na região e no mundo.

Felizmente, a assimetria que se patenteia economicamente entre a China e a maior parte de seus parceiros econômicos e comerciais tem sido acompanhada, no Brasil, da construção de mecanismos de diálogo bilateral e plurilateral que têm permitido o aprofundamento consistente das relações e a construção de pontes para solucionar desafios relacionados às trocas bilaterais mais intensas e à competição dos produtos chineses.

Na área econômica, as fricções relativas a contenciosos comerciais que dominaram os debates nos primeiros anos do crescimento expressivo do comércio deram lugar, nesta década, a uma agenda mais ampla e positiva de cooperação, em que sobressaem os temas de diversificação da pauta comercial, investimentos, infraestrutura, cooperação em pesquisa agrícola, diálogo científico-tecnológico, entre outros.

Em outra vertente, os temas da governança econômica internacional continuam a mobilizar os dois lados, seja no contexto da sua participação nas instituições financeiras internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, seja no seio do G-20 e do BRICS. Recentemente, a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reserva pelos membros do BRICS deu contornos concretos ao mecanismo de diálogo e coordenação.



Lidar com esse “novo” e avassalador parceiro asiático, culturalmente distante e localizado do outro lado do mundo, tem exigido do Brasil importante reflexão sobre os desafios e oportunidades na região e no mundo.

CENÁRIOS E VISÃO 2030

Brasil e China atravessam, ao longo deste ano de 2015, período de transição econômica. Na esteira do fim do último superciclo das *commodities*, o Brasil busca reajustar sua economia para permitir um novo ciclo de crescimento, tendo por base necessária consolidação fiscal e reformas estruturais em discussão na sociedade. Parte desse ajuste ocorre no setor externo, em reação às mudanças do cenário global e das políticas de seus principais parceiros, como China e Estados Unidos. O movimento de ajuste do balanço de paga-

mentos está em curso e envolve mudança dos termos de troca, desvalorização do real e busca por novos mercados. Já a China passa por período de certa volatilidade no mercado financeiro, derivado de uma bolha no mercado de ações, e por mudanças em sua política cambial, que são apenas a face mais aparente de uma transformação mais ampla de sua economia em direção a taxas sustentáveis de crescimento e de aumento do consumo e do setor de serviços, com redução relativa dos investimentos/exportações e da indústria. Ambas as economias apresentam, em 2015, cenários pouco alvissareiros em relação ao passado recente. Mas isso não deve impedir que se olhe para o futuro e para oportunidades emergentes.

A relação bilateral também é ela própria resultante dos cenários para o Brasil e a China no mundo; mais ainda no caso chinês, que poderá consolidar-se ao longo da próxima década como principal economia mundial. Essa prevalência, contudo, pode dar-se em diferentes níveis, permitindo a coexistência de outros atores relevantes, numa configuração multipolar. Ou podemos evoluir para um mundo mais sinocêntrico, com implicações políticas e culturais que vão muito além do escopo deste artigo. Em qualquer caso, ressalte-se que, embora não desconhecendo a variada gama de cenários globais e suas implicações, podemos buscar traçar cenários mais ou menos ousados para as relações.

Ao Brasil, que pretende alterar o padrão de suas trocas com a China, como reconhecido em documentos oficiais conjuntos, caberia esforço adicional de estratégia e mobilização que encaminhe essa transição. Isso não significa que os benefícios não sejam mútuos, pois é do interesse dos dois parceiros que as trocas sejam sustentáveis e que gerem movimentos positivos de autossustentação com as cadeias

produtivas dos dois países e com as cadeias globais, sob pena de criarem-se atritos desnecessários, além daqueles que decorrem naturalmente do incremento dos fluxos comerciais e de investimentos.

Considerem-se três cenários básicos para a evolução das relações econômicas Brasil-China em direção a 2030, período fundamental para determinar o que ocorrerá nos próximos quarenta anos: acomodação, aproximação e aprofundamento.

No cenário de acomodação, as trocas comerciais continuarão crescendo, com pouca mudança de padrão, à medida que evoluírem a produtividade e competitividade das duas economias. Isso provavelmente ampliará a participação nas exportações brasileiras de alguns produtos, como carnes e alimentos processados, alguns tipos de máquinas e equipamentos, celulose e serviços, entre outros. A desejada ampliação do conteúdo tecnológico dos produtos exportados pode não ocorrer ou realizar-se subsidiariamente, em alguns nichos. Mesmo esse cenário *business as usual* pode ser prejudicial para alguns setores, que desejariam ver ampliadas as suas vendas na China, a exemplo de jatos comerciais e executivos e de veículos e autopeças. Da forma como têm funcionado esses mercados, o sistema corrente de autorizações do governo chinês tem prejudicado a entrada desses produtos no país, que poderiam ampliar sua participação. Por outro lado, também é certo que o mercado chinês é bastante aberto para uma quantidade grande de produtos em que o Brasil não tem sido suficientemente competitivo.

Do lado dos investimentos, esse cenário pode trazer-se em ampliação crescente dos investimentos chineses em setores como petróleo e energia, setor elétrico, mineração, agricultura, bens de consumo

Há algumas iniciativas que poderiam ser eleitas como prioritárias, em setores de interesse mútuo e com alto potencial nas próximas décadas, como novas energias, eficiência energética, desenvolvimento e pesquisa agrícola, biotecnologia.

duráveis, mas talvez amplie pouco os investimentos em setores com maior conteúdo tecnológico. Os projetos em curso na área de infraestrutura, como a ferrovia tripartite Brasil-China-Peru, entre outros, podem levar muito tempo para concretizar-se ou não chegarem a realizar-se, na falta de parcerias mais sólidas entre empresas brasileiras e chinesas e entre instituições financeiras dos dois países, sobretudo na área do financiamento do desenvolvimento.

No cenário de maior aproximação, haveria algumas iniciativas ou projetos capazes de criar nova massa crítica para a relação econômica entre empresas dos dois países, a exemplo do que representou o programa de cooperação em satélites CBERS, desde o final dos anos 80, ou a construção da represa três gargantas, embora esta tenha gerado menores resultados do que os esperados pelo lado brasileiro.

Há algumas iniciativas que poderiam ser eleitas como prioritárias, em setores de interesse mútuo e com alto potencial nas próximas décadas, como novas energias, eficiência energética, desenvolvimen-



to e pesquisa agrícola, biotecnologia. O maior desafio, entretanto, é o de identificar a forma e o nível de apoio dos governos a esses projetos e fomentar maior participação do setor privado. Em ambos os países, e mesmo levando em consideração as diferenças nos modelos econômicos, isso não é evidente. Se, por um lado, o governo chinês desempenha papel significativo em orientar o investimento no exterior das empresas chinesas, ele não vem a qualquer custo, e se moverá, cada vez mais, pela lógica empresarial. Do lado brasileiro, é limitada a intervenção na realização de projetos específicos, inclusive devido a compromissos multilaterais. Na dificuldade de criarem-se compromissos muito onerosos para o orçamento (vide a evolução do próprio programa de satélites), a aproximação de instituições financeiras dos dois países pode ser fundamental para facilitar avanços concretos, assim como um esforço de construção de parcerias entre empresas dos dois países, via investimentos diretos ou não.

O certo é que um cenário de maior aproximação requererá maior flexibilidade e esforços dos dois lados.

As empresas chinesas deverão operar cada vez mais apenas resguardadas por suas estratégias e arranjos privados, como aliás já vem ocorrendo em muitos setores, sem necessariamente esperar garantias implícitas ou explícitas dos governos, como soe ocorrer com os investimentos chineses na área de petróleo e energia em muitos países. Do lado brasileiro, há que abrir espaços para parcerias concretas e definir modelos com os quais o País se sinta confortável em áreas tão estratégicas quanto agricultura, infraestrutura e serviços. Naqueles setores em que as regras são testadas por parceiros internacionais, temos assistido à entrada de empresas chinesas e a construção crescente de parcerias.

No cenário de aprofundamento, a parceria com a China poderia contribuir para a participação do Brasil nas cadeias globais de valor sob novas bases, com crescente conteúdo tecnológico e industrial. Isso poderia se dar caso o cenário de maior aproximação pudesse ser complementado com o êxito de iniciativas capazes de imprimir um papel transformador a certas indústrias ou serviços, a exemplo do que ocorreu com o desenvolvimento do setor agroexportador, tendo como destino o mercado chinês e outros mercados. Por certo a China

No cenário de aprofundamento, a parceria com a China poderia contribuir para a participação do Brasil nas cadeias globais de valor sob novas bases, com crescente conteúdo tecnológico e industrial.

sozinha não seria responsável por essas transformações. Mas há sinais de que haveria disposição para fazer investimentos em áreas importantes para o Brasil, de que é exemplo a assinatura recente de um acordo-quadro para o desenvolvimento do investimento e da cooperação produtiva e a criação de um fundo bilateral para a ampliação da capacidade produtiva.

O cenário de aprofundamento depende, sobretudo, de uma visão prospectiva, em que se reconheçam vantagens e tomem-se riscos no novo mundo em formação, em que a Ásia, e a China em particular, desempenharão papel muito mais importante. Nesse cenário, os investimentos bilaterais desempenharão papel crucial, como elo de aproximação e de transformação produtiva. Há um custo de oportunidade para o Brasil em não perseguir esse cenário.

CONCLUSÃO

O grande crescimento e adensamento das trocas comerciais e dos investimentos bilaterais entre o Brasil e a China vieram acompanhados da construção de uma moldura institucional que oferece canais frequentes de diálogo para o encaminhamento das principais questões bilaterais. Mas é preciso seguir aprofundando as trocas interpessoais e reduzindo as brechas de conhecimento.

A grande concentração da pauta exportadora do Brasil, que foi reflexo de um superciclo de *commodities* que contribuiu para o dinamismo da economia brasileira nos últimos anos, é algo a ser atenuado. A desaceleração da economia chinesa e o momento de ajustes da economia brasileira reforçam o movimento do fim do ciclo, mas também oferecem oportunidades de uma reacomodação sob novas bases.

O contínuo desenvolvimento das relações Brasil-China em sua plenitude requer a participação cada vez mais intensa das empresas e da sociedade. Os governos têm feito a sua parte e proporcionado caminhos para o adensamento das relações. As demandas do setor privado, sejam devido a barreiras existentes, sejam demandas propositivas, serão fundamentais para mover a relação daqui em diante. O papel do setor financeiro também será crucial, por ser frequentemente a ponte entre dois mercados, repositório de informações e por seu papel de intermediário privilegiado para a melhor compreensão dos riscos locais e, conseqüentemente, facilitador das trocas de qualquer natureza.

Um cenário de aprofundamento da relação poderia oferecer novas bases para a participação do Brasil, ou de alguns setores da economia brasileira, nas cadeias globais de valor, beneficiando-se do movimento de rebalanceamento da economia chinesa.

Um aprofundamento das relações econômicas sino-brasileiras que seja contínuo e sustentável pode ser benéfico para os dois países. Para tanto, o Brasil deve intensificar o debate interno junto ao Governo, empresas e sociedade civil em relação a certas questões centrais para o seu modelo de desenvolvimento e ampliar a utilização dos mecanismos de diálogo e cooperação com a China para implementar sua estratégia. Aspectos da relação e temas globais como agricultura e segurança alimentar, investimentos em infraestrutura, desenvolvimento tecnológico e inovação, transição para uma economia de baixo carbono e participação nas cadeias globais de valor sobressaem nessa agenda.

A Broken Directional Signal

Por Arthur Kroeber*

Rightly or wrongly, much of the recent tumult on global financial markets has been blamed on China. Many of the market's substantive worries (economic collapse, financial collapse, competitive devaluation) are overblown. But markets trade as much on policy signals as on economic reality, and there has clearly been a breakdown of communication between Beijing and the rest of the world. The underlying dilemma is that the policies that are good for China are bad for the rest of the world—at least in the short run—and vice-versa. The signaling problem is that the Chinese authorities have not made clear whether they want to do what's right for China, what's right for the rest of the world, or neither.

Let's start with what would be good for China. Everyone knows that the Chinese economy has depended too much and for too long on extensive investment in heavy industry and residential property. It requires a more balanced growth model based on services, consumer spending and high-technology manufacturing. To achieve this, capital must increasingly be allocated by market mechanisms, rather than by state fiat; support for bloated state-owned enterprises

Arthur Kroeber é Diretor Executivo da GaveKal Dragonomics e editor do China Economic Quarterly.

must be withdrawn; and local governments must be reoriented away from debt-financed infrastructure spending and toward the provision of social services.

Over the past three years, Beijing has tried to orchestrate this transition, but only fitfully. It has cut back credit growth and reined in excessive investment. But the broader promises of deregulated markets, a severely reduced role for SOEs, and fully marketized pricing of capital and other key inputs (such as energy) remain unfulfilled.

I am increasingly of the view that this mediocre result arises not because a bold and visionary reform program has broken up on the reefs of political opposition, but because the main aims of China's leader Xi Jinping are political and geo-strategic, while his economic goals are contradictory. The lack of clarity in economic vision was evident in the November 2013 Third Plenum reform roadmap—which called for markets to have a “decisive role” in resource allocation, but also reaffirmed the “dominant role” of the state sector.

Most likely, this wording of the Third Plenum decision reflected the desire to balance competing factions within the government. Yet nearly two years later the basic confusion remains. Little has been

done to deregulate markets dominated by SOEs and let in more private competition, and nothing has been done to rationalize the activities of the SOEs themselves. Although Xi Jinping often talks in general about the need to “deepen reform,” and heads the Party's leading small group on comprehensive reform, he has been short on specifics of what this reform means. And the major achievement of his leading small group so far has been the publication of a plan to clean up China's soccer league. Xi's actual priorities all appear to be political: increasing

The underlying dilemma is that the policies that are good for China are bad for the rest of the world—at least in the short run—and vice-versa. The signaling problem is that the Chinese authorities have not made clear whether they want to do what's right for China, what's right for the rest of the world, or neither.

his own power at the expense of his rivals; increasing the power of the Communist Party; and increasing China's international prestige.

The evidence is mounting that unlike former premier Zhu Rongji—who was willing to sacrifice a great deal of government power over markets and enterprises in the interest of building a more vibrant economy—Xi is willing to sacrifice a great deal of economic efficiency in order to preserve the state's control over big SOEs and its ability to influence markets.

This basic indecisiveness about how to balance the roles of state and market has been exposed by the policy gyrations of the past six months. First the government egged on an unsustainable stock-market bubble; then when the bubble popped, it intervened massively to prop up prices; and this week it abandoned its intervention and let the market crash downward. On the exchange rate, Beijing paired its 1.8% devaluation with a statement that henceforth the renminbi rate would be determined mainly by the market; since then it has intervened massively in both onshore and offshore markets to prevent the market from pushing the exchange rate down further. China now gets the worst of both worlds: it is roundly denounced for a competitive devaluation that it has done its best to prevent; and these preventive efforts are denounced as a betrayal of its promise to let the market rule.

So far so bad; but now let us look at what the rest of the world would like from China. It wants, first, a more balanced Chinese economy that does not rely so much on infrastructure spending. On the other hand, it wants China to keep infrastructure spending as high as possible, in order to keep commodity prices high. It wants China to deleverage so that it

can have more sustainable growth, but it also wants massive monetary and fiscal stimulus—more leverage—so that global growth will not be impaired. It wants China to have a market-driven exchange rate, but only if the market pushes the renminbi higher.

Clearly, China cannot give the rest of the world what it wants today—more infrastructure spending, more leverage, and an exchange rate that only goes higher—without grievously damaging its own prospects



This basic indecisiveness about how to balance the roles of state and market has been exposed by the policy gyrations of the past six months.

for tomorrow. It would be reasonable for Xi Jinping and his colleagues to point out that since 2009 they have done more than enough to sustain global demand, first through the world's biggest stimulus program, and then by swallowing a 14% real currency appreciation in the past year, as Europe and Japan merrily tried to devalue their way back to prosperity.

But Xi & Co. are not in a position to make that argument, because they have failed to articulate a policy direction that encourages the rest of the world to view China as a credible and trustworthy partner. Are they for a more open, market-oriented China, or a closed empire of state-owned national champions? Impossible to say. Do they want China to be a constructive participant in joint global economic decision making, or a free agent that acts in its own self-interest without regard to the consequences for anyone else? Again, it is very hard to say. Until these directional signals are made clearer, any policy action that Beijing takes—no matter how technocratically well intentioned—is likely to be viewed with mistrust, and to cause even more volatility in unsettled markets.

Impacto do TTP no Brasil será profundo e exige uma reação¹

Por Marcos Sawaya Jank *

Maior acordo comercial da história. Maior bloco econômico do mundo.

Após cinco anos de negociações, foi concluído o Tratado Transpacífico (TTP), megabloco que reúne as três pontas do oceano Pacífico: 5 países americanos (EUA, Canadá, México, Peru e Chile), 5 asiáticos (Japão, Malásia, Vietnã, Cingapura e Brunei) e 2 da Oceania (Austrália e Nova Zelândia).

É o acordo preferencial mais amplo e profundo já negociado. Vai reduzir a zero 90% das tarifas dos bens comercializados entre os seus membros em 2017. Prevê ainda a integração das áreas de serviços, proteção a investimentos, compras governamentais, comércio eletrônico, telecomunicações, propriedade intelectual, concorrência, sanidade animal e vegetal, facilitação de comércio e regras trabalhistas e ambientais.

Na área agrícola, cria mecanismos de consulta entre reguladores dos países para resolver questões ligadas a saúde, qualidade e segurança dos alimentos – a chamada “coerência regulatória”, que visa aproximar leis e regulamentos dos países-membros. Esse

aspecto pode ter um impacto muito maior do que a redução das tarifas de importação. Carnes, açúcar e lácteos serão os produtos mais impactados no Brasil.

Com seus 30 capítulos, o TTP é um acordo de terceira geração que vai criar fortes preferências e convergências nas múltiplas áreas citadas. A sua conclusão marca, agora oficialmente, o deslocamento da onda central da globalização do Atlântico para o Pacífico no século 21. O TTP é a estrutura institucional que vai moldar as cadeias de suprimento no Pacífico.

Além disso, a magnitude do novo bloco obrigará Europa e China a se movimentarem mais rapidamente no grande xadrez global. A UE tem poucos acordos na Ásia e precisa acelerar. A China é atingida no coração da região onde estão os seus principais mercados e cadeias de valor.

No caso do Brasil, os impactos serão profundos. A maior parte do comércio de manufaturas do Brasil se dá nas Américas e mais de 50% das exportações do agronegócio dirigem-se hoje à Ásia. Ou seja, seremos impactados dos dois lados do Pacífico.

Curiosamente, o Brasil foi pioneiro na construção da Organização Mundial do Comércio (OMC) e dos primeiros projetos de megablocos comerciais. Quinze anos atrás negociávamos a Rodada Doha, da OMC, a Área

A maior parte do comércio de manufaturas do Brasil se dá nas Américas e mais de 50% das exportações do agronegócio dirigem-se hoje à Ásia. Ou seja, seremos impactados dos dois lados do Pacífico.

de Livre Comércio das Américas (Alca) e o acordo Mercosul-União Europeia. As três iniciativas fracassaram.

Tomara que esse forte recado do Pacífico sirva para o Brasil se mexer. Temos tamanho, experiência e pessoas capacitadas para negociar. Os ministros da Agricultura, da Indústria e Comércio e das Relações Exteriores conhecem profundamente a matéria. Espero, sinceramente, que eles tomem a iniciativa, junto com o setor privado, para recuperarmos a década perdida.

* Marcos Sawaya Jank é especialista em questões globais do agronegócio. Atualmente trabalha em Cingapura e é Diretor Vice-Presidente do CEBC.

¹ Artigo publicado originalmente no Jornal “Folha de São Paulo”, Caderno Mercado, 07/10/2015.

Reformas na China e desvalorização do Real criarão novas oportunidades para exportações brasileiras

Sertrading

Entrevista com Alfredo de Goeye, Presidente da Sertrading

A Sertrading é uma das maiores tradings do Brasil, com escritório na China desde 2006. Em que setores do comércio com o país asiático a empresa atua?

A Sertrading se estabeleceu na China em 2006, abrindo um escritório na cidade de Shenzhen, com duas finalidades: dar cobertura para importações de seus clientes e para importações próprias. Neste sentido, temos uma vasta gama de setores com os quais temos interlocução. Diria que os principais são máquinas e equipamentos para construção, containers, vestuário, casa e construção, produtos médicos, metais e outros.

As recentes turbulências no mercado financeiro e a desaceleração da economia chinesa trazem que impactos para o Brasil? Esse novo ritmo e nova dinâmica do crescimento chinês trazem reflexos para as relações comerciais sino-brasileiras?

Não sou partidário do time que acha que a possível desaceleração chinesa é muito forte. Um país que vem crescendo como a China há 20 anos, e diminui um pouco este ritmo, não necessariamente reflete problemas graves. Não acho que este novo ritmo vá atrapalhar o atual fluxo de comércio. Creio sim, que este momento chinês, atrelado à desvalorização do Real que vem acontecendo, criará novas oportunidades para as exportações brasileiras. Este

sim pode ser um dado novo importante. Difícil de ser conquistado, mas agora mais viável. Esta, talvez, seja a grande boa nova da relação comercial Brasil-China.

A queda nos preços das principais commodities que o Brasil exporta para a China tem afetado a corrente de comércio bilateral. De acordo com dados levantados pelo CEBC, apesar da queda nos valores exportados de alguns dos itens da pauta, para alguns casos, as quantidades continuam a crescer, especialmente na cadeia de alimentos. Como a Sertrading avalia esse fenômeno? É um movimento permanente ou temporário?

“

Creio sim, que este momento chinês, atrelado à desvalorização do Real que vem acontecendo, criará novas oportunidades para as exportações brasileiras. Este sim pode ser um dado novo importante. Difícil de ser conquistado, mas agora mais viável.”



“

Como o governo local está mudando sua matriz de desenvolvimento, privilegiando o mercado interno, as oportunidades que se abrirão a produtos brasileiros podem ser imensas. Para *tradings* como a nossa, este é o momento de se apresentar ao mercado como um parceiro viabilizador para as partes”

De certa forma, respondi esta questão na pergunta acima. Creio no incremento da pauta exportadora brasileira para a China. Sem dúvida, alimentos deverão ser o carro chefe deste movimento, que não será temporário. Muito provavelmente, estas novas bases tendem a ser permanentes, dado o fato da mudança de prioridades dentro da China. Como o governo local está mudando sua matriz de desenvolvimento, privilegiando o mercado interno, as oportunidades que se abrirão a produtos brasileiros podem ser imensas. Para *tradings* como a nossa, este é o momento de se apresentar ao mercado como um parceiro viabilizador para as partes: brasileira – promovendo os produtos lá -, e chinesa - credenciando-se para nos tornarmos um novo parceiro fornecedor, oferecendo boas oportunidades, com preço e qualidade atraentes.

A pauta de importação oriunda da China é basicamente formada por manufaturados. Entretanto, parte significativa da cesta de produtos é composta por partes e peças de equipamentos elétricos e mecânicos, cujas compras brasileiras foram crescendo nos últimos anos, especialmente pela elevada competitividade dos preços chineses. Com as mudanças recentes no Brasil e na China, notamos algumas tendências, como (i) redução de

preços dos produtos chineses (dado o enfraquecimento do mercado doméstico); (ii) competição com outros produtos asiáticos; (iii) especialização do produto chinês; (iv) produção brasileira dando sinais de retomada em alguns setores, respondendo à depreciação do Real. Como a Sertrading avalia esses movimentos? Como tem se posicionado diante dessa dinâmica?

Sem dúvida estas mudanças recentes, principalmente a questão cambial brasileira, trarão reflexos. Temos que nos adaptar, buscando sempre soluções melhores, e fomentando a outra ponta, no caso, exportações brasileiras.

Diante das mudanças em curso da China e do Brasil, como as *tradings*, em especial a Sertrading, enxergam a relação comercial sino-brasileira para os próximos anos? Quais são os setores de exportação com maior potencial de crescimento? E no caso das importações? Há mercados que podem ser repensados e quais oportunidades derivam dessa nova realidade?

De certa forma, todas as respostas acima contemplam um pouco esta questão. Vemos a relação comercial Brasil – China com muito entusiasmo. Tratam-se de duas economias gigantes, com populações muito grandes, e com características complementares.

Apostar nesta relação é uma aposta com amplas possibilidades de sucesso. As trocas comerciais tendem a se intensificar dos dois lados por tudo que já falamos. Difícil nomear setores: tanto para as exportações brasileiras, como para um novo rearranjo das importações chinesas. Talvez a busca destes setores seja o novo segredo, a nova chave da relação comercial bilateral que virá pela frente. E parte deste segredo poderia ser desvendado pelas *tradings*. Este é o nosso papel, e cabe a nós esta procura. Temos muito trabalho pela frente, e junto com os produtores brasileiros talvez possamos fazer crescer a pauta comercial entre estas duas potências.

O Comércio Bilateral Brasil-China

BALANÇA COMERCIAL

A corrente de comércio Brasil-China totalizou US\$ 53,8 bilhões entre janeiro e setembro de 2015, de acordo com dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Esse resultado indica uma queda de 14% em relação ao mesmo período do ano anterior, refletindo a retração das exportações, em grande medida explicada pelos menores preços das *commodities*, e a redução das importações brasileiras, em decorrência da desaceleração da atividade doméstica. Assim, as exportações apresentaram um declínio, em dólares, de 17%, enquanto as importações advindas do país asiático recuaram 11%. Mesmo com variações negativas, o saldo comercial entre os dois países encerrou o período com US\$ 3,9 bilhões favoráveis ao Brasil, ainda que esse montante corresponda a uma queda de 40% se comparado a 2014.

As transações comerciais correspondentes apenas a setembro somaram

US\$ 5,9 bilhões, 5% a menos se comparado ao mesmo mês do ano passado. As exportações brasileiras totalizaram US\$ 3,4 bilhões - indicando aumento de 17% - e as importações, US\$ 2,5 bilhões, valor 24% menor do que o registrado em 2014.

De acordo com dados do MDIC, até o terceiro trimestre de

2015, a China segue como o principal destino das exportações brasileiras, com 20% de participação. Do mesmo modo, o país asiático é a principal origem das importações do Brasil, ocupando uma fatia de 18,6%. Com estes resultados, a China continua sendo o principal parceiro comercial do País.

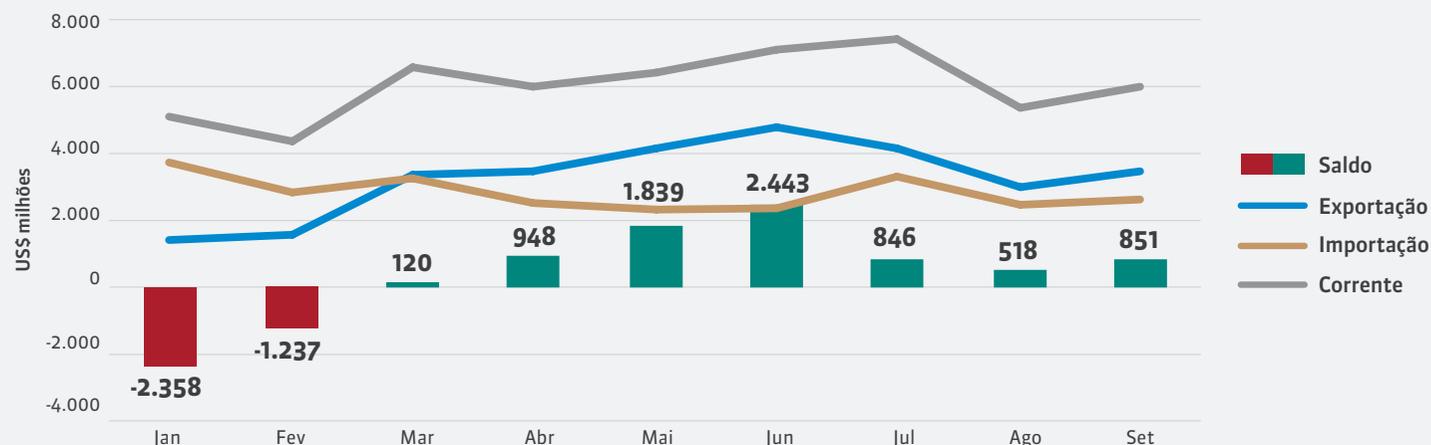
TABELA 1 - BALANÇA COMERCIAL (US\$ MILHÕES): JANEIRO - SETEMBRO DE 2015 EM COMPARAÇÃO COM JANEIRO - SETEMBRO DE 2014

	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO			SALDO			CORRENTE		
	2014	2015	Var. %	2014	2015	Var. %	2014	2015	Var. %	2014	2015	Var. %
1º Trimestre	9.582	6.190	-35%	9.748	9.664	-1%	-166	-3.475	-1994%	19.330	15.854	-18%
Janeiro	2.178	1.345	-38%	4.005	3.703	-8%	-1.827	-2.358	-29%	6.183	5.048	-18%
Fevereiro	2.847	1.532	-46%	2.977	2.769	-7%	-130	-1.237	-850%	5.824	4.301	-26%
Março	4.557	3.313	-27%	2.766	3.192	15%	1.791	120	-93%	7.323	6.505	-11%
2º Trimestre	14.298	12.286	-14%	8.658	7.056	-19%	5.640	5.230	-7%	22.956	19.341	-16%
Abril	4.487	3.435	-23%	2.914	2.488	-15%	1.573	948	-40%	7.402	5.923	-20%
Mai	5.020	4.109	-18%	3.100	2.270	-27%	1.919	1.839	-4%	8.120	6.379	-21%
Junho	4.791	4.741	-1%	2.643	2.298	-13%	2.148	2.443	14%	7.434	7.039	-5%
3º Trimestre	10.755	10.426	-3%	9.610	8.211	-15%	1.145	2.215	94%	20.366	18.637	-8%
Julho	4.134	4.101	-1%	3.166	3.254	3%	968	846	-13%	7.300	7.355	1%
Agosto	3.716	2.918	-21%	3.080	2.400	-22%	635	518	-18%	6.796	5.318	-22%
Setembro	2.906	3.407	17%	3.364	2.556	-24%	-459	851	286%	6.270	5.964	-5%
Acumulado	34.635	28.901	-17%	28.016	24.931	-11%	6.619	3.971	-40%	62.651	53.832	-14%

FONTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC) ELABORAÇÃO: CEBC

Cabe destacar que setembro de 2015 constitui o primeiro mês do ano em que as exportações têm um desempenho melhor do que em 2014. Por outro lado, esse resultado, em conjunto com a queda acentuada das importações, marca uma progressiva recomposição do saldo da balança comercial ao longo do ano. A recessão da atividade econômica brasileira, associada à forte e rápida depreciação da moeda brasileira, tem impactado essa dinâmica.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL - CHINA (JANEIRO A SETEMBRO DE 2015)



FONTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC) ELABORAÇÃO: CEBC

PAUTA DE EXPORTAÇÃO

Entre janeiro e setembro de 2015, as exportações brasileiras destinadas à China mantiveram-se significativamente concentradas em *commodities*, sendo soja, minério de ferro e óleos brutos de petróleo responsáveis por 77,8% de todas as vendas do País para o parceiro asiático.

Os dois principais produtos exportados – soja e minério de ferro – apresentaram variações negativas em termos monetários, de 11% e 52%, respectivamente, refletindo a queda expressiva dos preços das *commodities* nos mercados internacionais. Da mesma forma, as vendas de minério, em quantidade, tiveram queda de 1%, reforçando a menor demanda chinesa pelo produto em

TABELA 2 - PAUTA DE EXPORTAÇÃO: JANEIRO – SETEMBRO DE 2015 EM COMPARAÇÃO COM JANEIRO – SETEMBRO DE 2014

EXPORTAÇÕES	2014		2015		Var. (%) - US\$	Var. (%) Ton (mil)	Participação na pauta em 2015 (US\$)
	US\$ (milhões)	Ton (mil)	US\$ (milhões)	Ton (mil)			
Soja, mesmo triturada	16.424	32.286	14.591	37.766	-11%	17%	50,5%
Minérios de ferro e seus concentrados	9.661	129.015	4.675	127.796	-52%	-1%	16,2%
Óleos brutos de petróleo	2.632	3.985	3.198	9.555	22%	140%	11,1%
Celulose	991	2.108	1.195	2.567	21%	22%	4,1%
Açúcares	628	1.597	540	1.726	-14%	8%	1,9%
Carne de aves	383	168	465	233	22%	38%	1,6%
Ferro-ligas	354	32	445	51	26%	60%	1,5%
Cobre afinado e ligas de cobre, em formas brutas	183	26	404	71	121%	179%	1,4%
Embarcações e estruturas flutuantes	-	-	394	54	-	-	1,4%
Couros e peles	407	145	331	113	-19%	-22%	1,1%
Carnes bovina congelada	0	0	223	44	-	-	0,8%
Minérios de cobre e seus concentrados	175	97	183	118	4%	21%	0,6%
Pasta química de madeira, para dissolução	202	218	163	268	-19%	23%	0,6%
Couros preparados	205	11	161	9	-22%	-16%	0,6%
Outros	2.390	3.782	1.933	3.924	-19%	4%	6,7%

FONTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC) ELABORAÇÃO: CEBC

decorrência da desaceleração das atividades do setor de construção. Por outro lado, o volume de soja brasileira enviado ao mercado chinês foi ampliado, tendo apresentado acréscimo de 17%, em linha com o consumo das famílias chinesas que segue firme, a despeito do enfraquecimento observado na indústria e no setor imobiliário.

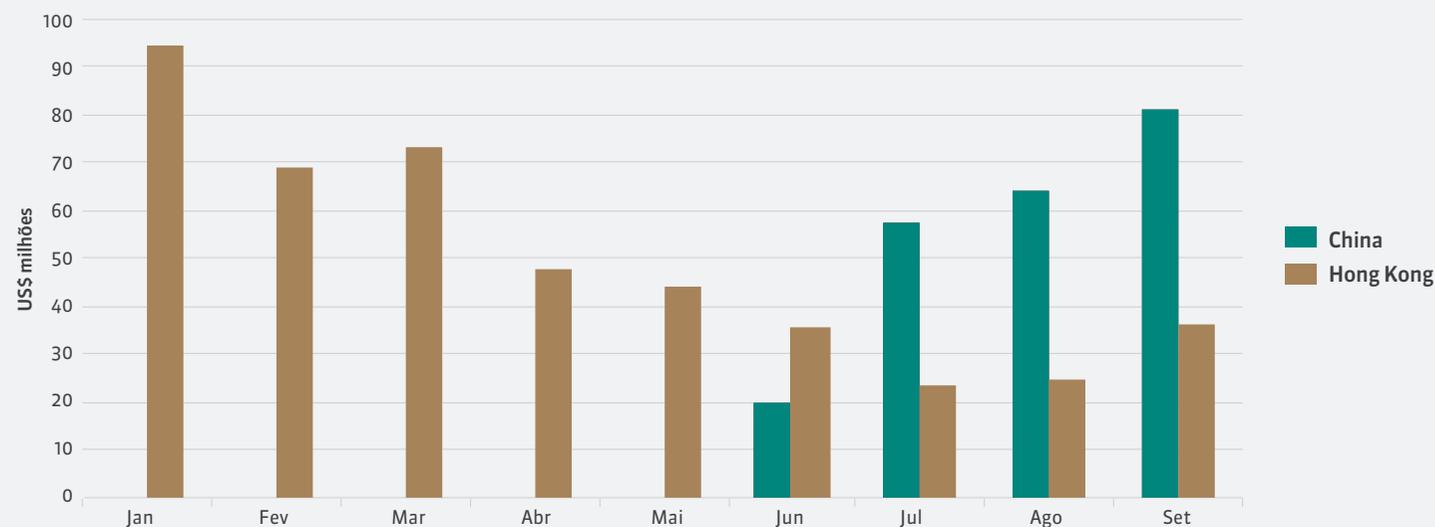
Seguindo a tendência verificada nos meses anteriores, as exportações de óleos brutos de petróleo, nos nove primeiros meses do ano, exibiram bons resultados, tendo crescido 22% em valor, e 140% em quantidade.

Carne de aves, ferro-ligas e cobre afinado seguiram em expansão, apresentando, respectivamente, crescimento de 22%, 26% e 121%, em dólares, e de 38%, 60% e 179%, em toneladas.

O setor de carne bovina tem apresentado crescimento das vendas desde a abertura oficial do mercado chinês ao produto brasileiro, negociada e formalizada entre maio e junho de 2015. Até o momento, foram enviadas 44 mil toneladas de carne bovina ao país asiático, atingindo um montante de US\$ 223 milhões. Em setembro, em relação ao volume exportado em agosto, registraram-se variações positivas de 58% em quantidade.

É perceptível que, a partir da abertura da China continental ao mercado de carne bovina, o valor somado das exportações destinadas ao continente já supera o valor enviado a Hong Kong, conforme ilustra o gráfico abaixo.

GRÁFICO 2 - IMPACTO DAS EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA DO BRASIL PARA A CHINA E HONG KONG APÓS A ABERTURA DO MERCADO CHINÊS (US\$ MILHÕES)



FONTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC) ELABORAÇÃO: CEBC

PAUTA DE IMPORTAÇÃO

As importações de produtos chineses entre janeiro e setembro de 2015, em comparação com o mesmo período do ano anterior, apresentaram retração na grande maioria dos itens da pauta, em linha com a contração da economia brasileira, ajustando tanto as compras de bens de capital como insumos e bens de consumo. Os dois principais setores – aparelhos elétricos e mecânicos – fecharam o período em queda, respectivamente, de 16% e 21% (em dólares). Ambos os segmentos, se somados, responderam por 44,5% das importações oriundas do país asiático.

Entre os dez principais produtos importados da China pelo Brasil, poucos não exibiram queda. Dentre esses, as importações de embarcações e estruturas flutuantes avançaram 14%, em quantidade, e 116%, em dólares, em comparação com o mesmo período do ano anterior. As importações de vestuários e seus acessórios (exceto de malha), também apresentaram crescimento de 9% em quantidade, ainda que o valor das compras tenha indicado ligeira queda, de 0,4%.

TABELA 3 - PAUTA DE IMPORTAÇÃO: JANEIRO – SETEMBRO DE 2015 EM COMPARAÇÃO COM JANEIRO – SETEMBRO DE 2014

IMPORTAÇÕES	2014		2015		Var. (%) - US\$	Var. (%) Qte (10 mil)	Participação na pauta em 2015 (US\$)
	US\$ (milhões)	Qte (10 mil)	US\$ (milhões)	Qte (10 mil)			
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes	8.142	3.870.558	6.852	3.228.086	-16%	-17%	27,5%
Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia	2.129	8.189	1.787	6.056	-16%	-26%	7,2%
Aparelhos e partes para rádio e televisão	1.218	1.397	1.086	1.338	-11%	-4%	4,4%
Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	784	75.770	482	74.142	-39%	-2%	1,9%
Aquecedores elétricos de água	357	4.547	351	4.504	-2%	-1%	1,4%
Transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos	420	163.715	330	146.186	-22%	-11%	1,3%
Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes	5.387	65.511	4.239	60.999	-21%	-7%	17,0%
Partes e acessórios para máquinas e equipamentos mecânicos	1.048	3.726	780	2.176	-26%	-42%	3,1%
Máquinas automáticas para processamento de dados	500	4.153	358	3.153	-28%	-24%	1,4%
Máquinas e aparelhos para impressão	380	74	308	53	-19%	-28%	1,2%
Bombas e compressores de ar ou de vácuo	349	2.625	305	2.776	-13%	6%	1,2%
Máquinas e aparelhos de ar condicionado	362	30	302	24	-17%	-20%	1,2%
Produtos químicos orgânicos	1.705	-	1.509	-	-11%	-	6,1%
Embarcações e estruturas flutuantes	470	3,2	1.017	3,6	116%	14%	4,1%
Ferro fundido, ferro e aço	1.095	-	798	-	-27%	-	3,2%
Plásticos e suas obras	801	-	737	-	-8%	-	3,0%
Vestuário e seus acessórios, exceto de Malha	718	19.471	715	21.273	-0,4%	9%	2,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	732	110	692	64	-6%	-42%	2,8%
Veículos automóveis, tratores, ciclos ,e suas partes	770	6.260	616	5.490	-20%	-12%	2,5%
Partes e acessórios para tratores e veículos automóveis especiais	343	5.975	309	5.238	-10%	-12%	1,2%
Partes e acessórios para motocicletas e outros ciclos	199	199	164	177	-17%	-11%	0,7%
Motocicletas (incluídos os ciclomotores)	39	13,0	33	11,5	-14%	-12%	0,1%
Automóveis de passageiros	56	1,10	26	0,78	-54%	-30%	0,1%
Reboques e semi-reboques	31	54	20	43	-36%	-20%	0,1%
Instrumentos e aparelhos de óptica; aparelhos médico-cirúrgicos	587	93.629	518	87.496	-12%	-7%	2,1%

FONTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC) ELABORAÇÃO: CEBC

CARTA BRASIL-CHINA

é uma publicação da Secretaria Executiva do Conselho Empresarial Brasil-China, que reúne reflexões acerca dos principais tópicos da agenda sino-brasileira, por meio de entrevistas, artigos e análises, cedidas por renomados estudiosos da área, empresários e membros dos governos brasileiro e chinês com experiência prática nas relações bilaterais.

PATROCINADOR OFICIAL DESTA PUBLICAÇÃO:



O Banco Bradesco apresenta produtos e serviços para diferentes perfis de clientes e também atua com a proposta de suprir as demandas de empresas interessadas em estabelecer e estreitar relações comerciais nos mercados brasileiro e chinês. Para isso, o segmento Corporate mantém uma gestão de relacionamento centralizada, oferecendo soluções estruturadas – Tailor Made e de Mercado de Capitais – e gerentes especializados em visões de risco, mercado e setores econômicos. Os atendimentos são exclusivos para que as empresas recebam soluções customizadas de acordo com os negócios realizados. Ao mesmo tempo, as Agências e Subsidiárias no Exterior (Nova York, Londres, Grand Cayman, Luxemburgo, Hong Kong, Buenos Aires e México) têm como objetivo a obtenção de recursos no mercado internacional para repasses a clientes, principalmente por meio de financiamento a operações de comércio exterior brasileiro. Para mais informações acesse o site bradesco.com.br

PRESIDENTE

Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves

PRESIDENTE EMÉRITO

Embaixador Sergio Amaral

VICE-PRESIDENTES

Marcio Senne de Moraes

Diretor de Relações Externas da Vale

Marcos Sawaya Jank

Diretor Executivo Global para Assuntos Corporativos da BRF

Octavio de Barros

Economista-chefe do Bradesco

DIRETORES

Alfredo de Goeye

Presidente da Sertrading

Nelson Salgado

Vice-Presidente de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Embraer

Pedro Freitas

Sócio do Veirano Advogados

Roberto Milani

Vice-Presidente da Comexport

Roberto Dias

Diretor de Assuntos Institucionais da Odebrecht

Renato Lulia Jacob

Diretor e Membro do Conselho do Itaú BBA International

DIRETORA DE ECONOMIA

Fabiana D'Atri

Economista Coordenadora do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco

MEMBROS HONORÁRIOS

Luiz Fernando Furlan

Ivan Ramalho

SECRETARIA EXECUTIVA DO CEBC

Secretário Executivo

Roberto Fendt

roberto.fendt@cebc.org.br

Coordenador de Pesquisa e Análise

Santiago Bustelo

santiago.bustelo@cebc.org.br

Analista de Relações Internacionais

Tulio Cariello

tulio.cariello@cebc.org.br

Analista de Eventos

Denise Dewing

denise.dewing@cebc.org.br

Administração

Jordana Gonçalves

jordana.goncalves@cebc.org.br

Colaboradora Especial

Janaína Camara da Silveira

Projeto Gráfico

Presto Design

Para fazer alguma crítica ou sugestão, entre em contato com a Secretaria Executiva do CEBC:

cebc@cebc.org.br

+55 21 3212-4350

www.cebc.org.br